

Mulher e trabalho não remunerado*

Carmen R. Ortiz Gelinski**
Rosângela Saldanha Pereira***

Introdução

Em 1952, graças ao trabalho de Richard Stone e sua equipe, a Organização das Nações Unidas (ONU) apresentou a primeira metodologia de cálculo das Contas Nacionais ou System of National Accounts 1952 (SNA)¹. Essa primeira proposta tinha por objetivo padronizar o cálculo do produto, a fim de analisar o comportamento dos macroagregados keynesianos e ter um instrumento que possibilitasse a realização de comparações internacionais. O SNA original sofreu duas grandes modificações, em 1968 e em 1993, com vistas a incorporar tanto novas demandas dos formuladores de políticas econômicas quanto as novas características do mundo globalizado.

No entanto, como aponta Nordhaus (2000), desde a sua concepção, os Sistemas de Contas Nacionais são incompletos e enganosos, porque omitem todo um universo de atividades fora do mercado e, portanto, parcela significativa da produção, tais como o trabalho não remunerado, o valor do tempo de lazer, os investimentos em capital humano e o meio ambiente.

O trabalho não remunerado é composto por toda uma gama de atividades que garantem a reprodução social do sistema. Trata-se do cuidado das crianças, das tarefas domésticas e do cuidado com idosos ou doentes.² Ignorar o trabalho não remunerado cria distorções quanto à avaliação da real capacidade produtiva de um país e reforça o descaso com aqueles que o executam, mulheres na sua maioria.

É intenção deste artigo apresentar brevemente o debate sobre o trabalho doméstico, discutir a sua conexão com o trabalho feminino e explorar algumas tentativas e/ou experiências internacionais de incorporação do trabalho não pago nas Contas Nacionais.

* As autoras agradecem ao Professor João Rogério Sanson e ao Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Mulher (Unifem/PNUD) de Brasília, pelo auxílio na obtenção da bibliografia para a elaboração deste *paper*.

** Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professora de Contabilidade Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
E-mail: carmeng@cse.ufsc.br

*** Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Professora de Economia do Trabalho da UFMT.
E-mail: rosal@superig.com.br

¹ Cabe destacar que, no Brasil, "(...) os esforços em se criar um sistema de contas nacionais datam de 1947, a partir do Núcleo de Economia na já existente Fundação Getúlio Vargas. (...) [Mas] só em 1956, o Brasil disporia, pela primeira vez, de um balanço geral da atividade econômica do país, a partir da adaptação, ao SNA 1952, das estimativas da renda nacional a custo de fatores já elaboradas pela FGV para o período 1948-55" (Paulani; Braga, 2000, p. 98-99).

² Organismos oficiais de países que calculam o Unpaid Work diferem um pouco entre si. O Canadá, por exemplo, exclui o trabalho voluntário com a comunidade ou de caridade. A Austrália, por sua vez, considera essas atividades no leque das atividades não remuneradas.

O debate sobre o trabalho doméstico

O debate sobre o trabalho doméstico, deflagrado a partir do final dos anos 70, concentrava-se fundamentalmente em dois aspectos: uma discussão conceitual sobre a natureza do trabalho doméstico e suas relações com o modo de produção capitalista e outra de caráter político, sobre a posição de classe das mulheres e sua relação com o movimento socialista.

Ainda que nem todos os pesquisadores e autores que participaram do debate fossem marxistas, o mesmo foi fortemente marcado por essa corrente teórica. O debate inicial serviu como banco de provas para a aplicação dos conceitos marxistas à análise de um tipo de trabalho não considerado, até então, como tal.

A tese central era de que a situação da mulher como dona-de-casa — e o trabalho doméstico desenvolvido por ela — obedecia a lógica do capital, e, portanto, a existência do trabalho doméstico era uma forma de trabalho inerente ao sistema capitalista.

O debate sobre o caráter do trabalho doméstico tomou novos rumos a partir do artigo **On the Political Economy of Housework**, de Benston (1969), no qual se destaca a função econômica trabalho não remunerado. Benston argumenta que a produção de valores de uso direto (produzidos pelo trabalho doméstico) não integra o mercado, e, por isso, a sua função econômica é ocultada. Ademais, considera as mulheres como um grupo social com características de exército de reserva capitalista.

A análise de Mariarosa Dalla Costa (1972) avança em relação a Benston e choca o movimento feminista, ao afirmar que a função específica das mulheres no modo de produção capitalista era a produção de força de trabalho masculina, cuja venda no mercado produzia mais-valia. O trabalho doméstico era considerado, assim, trabalho produtivo no sentido marxista. Dalla Costa levantou a bandeira “salário para a dona-de-casa”, o que gerou um grande conflito dentro do movimento feminista, que via, nessa bandeira, um perigo de consolidação do trabalho doméstico como trabalho exclusivamente feminino.

Secombe (1975), contrariamente a Dalla Costa, sustentava que o trabalho doméstico se caracterizava como necessário, porém improdutivo. Necessário porque contribui para a reprodução quotidiana da força de trabalho do trabalhador, assim como para a reprodução biológica. Porém, na sua opinião, essas características não seriam suficientes para defini-lo como trabalho produtivo no contexto da produção capitalista. O trabalho doméstico cria valor, ao contribuir para a reprodução da força de trabalho, porém, segundo Secombe, ele não se encontra sujeito à lei de valor. As críticas mais profundas a essa posição estavam relacionadas à tese de que o trabalho doméstico cria valor por contribuir para criar uma mercadoria, a força de trabalho.

Para os críticos de Secombe, o trabalho doméstico produz valor de uso destinado ao consumo e não ao intercâmbio e não pode se expressar como trabalho abstrato, nem pode se identificar como magnitude de valor, ao não existir mecanismo algum para quantificar o trabalho socialmente necessário. Portanto, o trabalho não remunerado está excluído da lei do valor (Gardner, 1975; Himmelweit; Mohun, 1977).

O debate acerca da caracterização do trabalho doméstico como produtivo ou improdutivo permanece inconcluso. O problema reside, dentre outras coisas, na insuficiência dessas categorias (produtivo e improdutivo), excessivamente limitadas, para darem conta da análise do trabalho doméstico na atualidade, informa Gardner (1993).

Outra questão que também é importante e permanece em aberto é sobre a contribuição do trabalho doméstico não remunerado para a reprodução da força de trabalho tanto em nível quotidiano — manutenção diária do trabalhador — quanto em nível geral — os serviços necessários para os futuros agentes produtivos. A discussão em torno dessa questão permitiu constatar que, não obstante a variedade de elementos que participam da reprodução da força de trabalho, a contribuição do trabalho doméstico é ainda considerável. Essa visão rompe com o paradigma tradicional de que o salário permite adquirir todos os bens necessários para a reprodução.

Essa questão levou alguns autores a destacarem a tese de que o trabalho doméstico contribui para manter salários mais baixos que os que seriam necessários se todos os serviços tivessem que ser adquiridos no mercado. Ademais, a existência do trabalho doméstico realizado majoritariamente pelas mulheres repre-

sentaria outra vantagem para o capitalismo: a de dispor de uma mão-de-obra barata, flexível e pouco conflitiva (caracterização das mulheres como exército industrial de reserva).

Por fim, cumpre ressaltar que, apesar das características fundamentalmente econômicas do debate, também se reconhece, em um segundo plano, a intervenção de outros aspectos, de tipo psicológico e ideológico, que contribuíram para a manutenção do trabalho doméstico no processo de evolução do modo de produção capitalista. O trabalho doméstico, ao satisfazer as necessidades emocionais dos trabalhadores, tem uma importante função de manter o equilíbrio psicológico da força de trabalho. A família, em particular a mãe, tem um papel fundamental no processo de socialização das crianças, assegurando a reprodução das relações de produção capitalista. Nessa perspectiva, o Estado, através de seu sistema educacional, tem um papel complementar no processo formativo das crianças e dos jovens.

Trabalho não remunerado: universo feminino?

As concepções econômicas convencionais, assim como as estatísticas nacionais utilizadas para o desenho das políticas macroeconômicas, não consideram e nem contabilizam o universo da economia do cuidado não remunerado, devido ao fato de esta não estar orientada para o mercado. Como o fruto desse trabalho é praticamente invisível, ele também não é objeto de políticas públicas, e a inclusão das necessidades daqueles que o efetuam na elaboração dos orçamentos públicos é praticamente inexistente.³

Na realidade, a ausência do trabalho não remunerado nas contas nacionais e a elaboração de orçamentos cegos a gênero são as duas faces da mesma moeda. Como bem aponta Çagatay (2003), as políticas macroeconômicas restritivas adotadas pelos países em atenção a diretrizes de organismos internacionais afetam de maneira direta às famílias e, em particular, às mulheres. Com o encolhimento do Estado para atender às metas de geração de superávits fiscais crescentes, muitas atividades de assistência são repassadas às famílias. Elson (1999) menciona o caso de doentes que recebem alta do internamento hospitalar antes do necessário para o seu restabelecimento, dada a necessidade de liberar o leito. Menciona também a escassa disponibilidade de creches para o cuidado dos filhos, o que dificulta o acesso das mães ao mercado de trabalho.

Mas o ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho desde os anos 60 não pode estar significando uma reorganização das atividades com os cuidados do lar (*household*) entre os membros da família? Na realidade, a participação das mulheres no mercado de trabalho tem crescido sem reduzir a quantidade de trabalho realizado dentro de casa (GPI Atlantic, 2000). As evidências empíricas revelam que não há transferência por parte das mulheres para outros membros da família das responsabilidades pela execução das atividades de cuidado da família. Nesse sentido, Carnoy (1999) identificou forte correlação positiva entre incremento da participação feminina no mercado de trabalho e crescimento da indústria de bens de consumo duráveis destinados a auxiliar na execução das tarefas domésticas. Mais tarde, na década de 90, seria a vez do crescimento da oferta de alimentos congelados ou de redes de *fast foods*.

Mesmo que Folbre e Nelson (2000) considerem um anacronismo o uso do termo *homemaking* para descrever as tarefas de fora do mercado realizadas pelas mulheres (já que tanto homens quanto mulheres combinam a execução de tarefas de casa com trabalho remunerado), as evidências, nos países subdesenvolvidos, mostram que as tarefas do lar ainda constituem um espaço basicamente feminino (GPI Atlantic, 2000; Ausstats, 2002b; OIT, 2003).

³ A inclusão do gênero na elaboração dos orçamentos públicos é uma das bandeiras de luta da Unifem. Há uma vasta literatura internacional sobre a necessidade de uma análise do orçamento com enfoque de gênero. Conferir, por exemplo, Elson (1999), Fall (2003) e Villota (2003). No Brasil, merecem destaque o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea) — <http://www.cfemea.org.br/site> — e a Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (Agende) — <http://www.agende.org.br> —, por estarem desenvolvendo metodologias de análise do orçamento com foco em gênero.

O envolvimento dos membros da família com tarefas destinadas à reprodução social depende de fatores culturais e institucionais. Estudos revelam que, em países desenvolvidos, há um envolvimento maior dos homens com essas tarefas, decorrente de cargas menores de trabalho remunerado (Luna, 2003). Quanto à questão institucional, países europeus entendem que o cuidado dos filhos é responsabilidade dos indivíduos (não apenas da mãe) e também do Estado e das empresas (OIT, 2003; Gelinski; Ramos, 2004). Esse engajamento de todos os agentes envolvidos permite a busca de soluções coordenadas, como licenças para qualquer um dos pais, oferta de creches públicas ou espaços criados pelas empresas para permitir que os pais possam estar próximos dos filhos.

Todos os tipos de trabalho não remunerados (produção de subsistência, cuidado da família e trabalho voluntário na comunidade) poderiam ser levados a cabo por homens e mulheres, porém, na maioria dos países, têm-se constituído socialmente como responsabilidade principalmente de mulheres.

Os estudos sobre o uso do tempo mostram isso. Dedecca (2004), estudando o uso do tempo para fins econômicos (destinado ao trabalho remunerado e a deslocamentos correlatos) e para fins de reprodução social (organização domiciliar, de lazer e de sono), observa que, nos países desenvolvidos, a despeito da elevação do tempo de trabalho econômico desde a metade dos anos 80 (tanto para homens quanto para as mulheres), as mulheres têm menos tempo livre que os homens, e o tempo dedicado à organização familiar é mais intenso entre as mulheres.⁴

É importante ressaltar que o uso mais elevado do tempo das mulheres *vis-à-vis* ao dos homens em atividades de cuidados domiciliar e familiar foi registrado para um conjunto de países com políticas sociais mais amplas (regime de horário integral nas escolas e creches para a população). Tal fato revela que não há uma correspondência direta entre maior grau de desenvolvimento do país e menor discriminação entre homens e mulheres no uso do tempo.

Dedecca (2004) mostra ainda que, no caso brasileiro, a incorporação das formas de trabalho para autoconsumo e autoconstrução, além da jornada de trabalho inferior a 15 horas semanais,⁵ amplia em aproximadamente 12% a População Economicamente Ativa feminina, enquanto esse aumento seria de apenas 4% para os homens. No caso do setor agrícola, o incremento da ocupação feminina chega a quase 25%, quando se considerarem as ocupações com baixa jornada de trabalho e a produção para autoconsumo. Conforme afirma Melo "(...) esta é uma dimensão invisível do trabalho da mulher, não reconhecida pelo critério estritamente econômico" (Melo, 2000, p. 70-1).

Portanto, ignorar a relevância do trabalho não remunerado tem duas implicações diretas: a primeira são os efeitos que a sobrecarga tem sobre a saúde física e emocional das mulheres, e a segunda é a subavaliação do PIB de cada país, como será discutido na próxima seção.

Para se ter uma idéia do desgaste da mulher, vale a pena lembrar o relato de Marilyn Waring:

"Cathy, jovem esposa norte-americana de classe média, gasta seus dias preparando comida, arrumando a mesa, servindo as refeições, lavando louça, vestindo, disciplinando ou acompanhando as tarefas escolares dos filhos, dispondo o lixo, varrendo, levando roupa à lavanderia, indo ao supermercado, reparando artigos de casa, passando roupas, arrumando as camas, pagando as contas, cuidando de animais de estimação e plantas, guardando brinquedos roupas e livros, costurando, falando com vendedores de porta-em-porta, respondendo ao telefone, aspirando o pó de assoalhos, cortando grama, removendo ervas daninhas ou a neve, limpando o banheiro ou a cozinha e pondo suas crianças à cama. Cathy tem que enfrentar o fato de que ela

⁴ Dedecca refere-se a dados de países desenvolvidos coletados pelo Multinational Time Use Study (MTUS), citados por Fisher e Layte (2002), e também à pesquisa realizada pela Eurostat, instituto responsável por levantamentos estatísticos nos países da Comunidade Européia.

⁵ O movimento das mulheres no Brasil vem sistematicamente defendendo o levantamento, pelo IBGE, do trabalho voltado para a reprodução social. No final dos anos 80, conseguiram incluir entre os itens pesquisados pelo IBGE as formas de trabalho para autoconsumo, autoconstrução e jornada de trabalho inferior a 15 horas semanais.

enche o seu tempo de um modo totalmente improdutivo. Ela... é economicamente inativa, e os economistas a registram como desocupada” (Waring, 2004).

A contabilidade do trabalho não remunerado

A produção doméstica tem recebido algum tratamento estatístico no sentido de incorporá-la às Contas Nacionais, graças à pressão de grupos de mulheres e às diretrizes emanadas de conferências internacionais⁶. O desenho do SNA não permite captar o trabalho não remunerado. No entanto, as contas satélites ao sistema permitem que isso seja possível.

“Embora as contas nacionais ofereçam informação compreensiva sobre o mercado de produtos de uma nação, não estão desenhadas para responder todas as questões sobre a economia. O desenvolvimento de contas satélites provê um jeito de agrupar e organizar dados que atendem objetos particulares de análise, ao mesmo tempo que mantêm uma ligação com o âmago das contas nacionais. As contas satélites podem apresentar definições alternativas, tais como uma definição alternativa de poupança, ou podem reorganizar os dados ou, ainda, usar um sistema de classificações alternativas.” (Moulton, 2000, p. 236-237).

As contas satélites focam a sua atenção em setores específicos, como, por exemplo, transportes, viagens e turismo, e na produção doméstica fora do mercado.

Sikoska (2003) aponta que a percepção da importância do trabalho não pago passa por dois aspectos cruciais. Em primeiro lugar, o reconhecimento do valor do trabalho não remunerado para a economia e para o bem-estar social e, em segundo, a alocação do tempo para a realização das atividades domésticas para cada um dos membros da unidade familiar.

A questão que se coloca é como medir ou atribuir valor à produção doméstica. De acordo com Sikoska (2003), dois dados são necessários para imputar valor à produção doméstica: o tipo e a quantidade de atividades produtivas levadas a cabo dentro do setor doméstico do país e o valor de mercado para os bens e serviços resultantes de atividade semelhante.

No que se refere à produção doméstica não remunerada, desde os anos 60, alguns países têm desenvolvido pesquisas de uso do tempo que posteriormente passaram a ser usadas no cálculo das contas satélites do trabalho não remunerado. A referência em termos de pesquisas de uso do tempo tem sido os trabalhos desenvolvidos pelo StatCanadá, órgão oficial encarregado da coleta de informações estatísticas do Canadá, e pelo Eurostat, instituição que efetua essa tarefa para a Comissão Econômica Européia. Também merecem destaque os estudos realizados na Austrália pelo AusStats. De acordo com Nordhaus (2000) e com Folbre e Nelson (2000), os Estados Unidos ainda não dispõem de um sistema regular de coleta de dados sobre o uso do tempo da sua população.⁷

Nos *time use surveys*, a imputação do valor econômico das horas de trabalho em casa pode ser feita a partir do custo de oportunidade ou do custo de substituição. Pelo custo de oportunidade, calcula-se o montante potencial que uma pessoa receberia se, ao invés de trabalhar em casa, desempenhasse uma atividade de mercado na sua área. Pelo custo de substituição, avalia-se quanto custaria contratar alguém para desempe-

⁶ Como, por exemplo, a Conferência Internacional Sobre a População e o Desenvolvimento do Cairo (Ashford, 1995); a Conferência de Beijing, de 1995; a 91ª Conferência Internacional do Trabalho de 2003 (OIT, 2003). Para uma visão do movimento de mulheres no âmbito das Nações Unidas desde 1945, ver United Nations (2000).

⁷ No *site* do Bureau of Economics Analysis (BEA) — www.bea.doc.gov —, consta como proposta para 2003, na revisão das National Income and Product Accounts (NIPAs), o cálculo da renda e da produção dos membros da casa. De qualquer modo, esse cálculo deverá ser feito pelo montante da sua produção e não pelo método do uso do tempo. Ver, a respeito, Mead (2003).

nhar as atividades domésticas.⁸ Embora não haja uma recomendação internacional para o uso de um ou outro método, há um certo consenso de que o método de substituição seja o melhor critério.

O trabalho de Chandler (2003) sobre o trabalho não remunerado no Canadá usa os dois métodos. Mostra que aproximadamente dois terços do trabalho não remunerado é realizado pelas mulheres. Pelo custo de oportunidade para 1986, a média do valor do trabalho não pago dos homens era de US\$ 6.160, contra US\$ 10.270 das mulheres (dois terços a mais do que o masculino), e, pelo custo de substituição, era de US\$ 6.830 e US\$ 13.660 respectivamente (praticamente o dobro). Chandler (2003) mostra também que, em percentual do PIB, o trabalho não remunerado oscila, nas províncias e nos territórios, entre 35% e 79% pelo custo de oportunidade e entre 25% e 65% pelo custo de substituição.

Dados da Austrália mostram como estudos sobre o trabalho não remunerado podem evidenciar inter-relações fundamentais entre ele e o setor de mercado. Por exemplo, entre 1992 e 1997, caiu a participação das mulheres no total do valor não remunerado, e a contribuição do valor não remunerado para o PIB também se reduziu, em função de uma maciça incorporação das mulheres no mercado de trabalho. Com isso, atividades como preparo de alimentos ou cuidado dos filhos, previamente remuneradas, passaram a ser desempenhadas pelo mercado (Ausstats, 2002a).

Os *surveys* sobre uso do tempo por sexo permitem determinar o tipo de atividade que os indivíduos executam na sua “segunda jornada”. Ausstats (2002b) mostra que, na Austrália, no caso das mulheres, independentemente do seu estado marital ou da sua situação de emprego, a maior proporção do trabalho não remunerado é destinado ao preparo de comidas ou à limpeza. No caso dos homens, também há predomínio dessas atividades entre os solteiros. Mas, no caso dos homens casados e empregados, há uma alocação de tempo mais significativa no cuidado com os filhos, enquanto, entre os casados desempregados, ganha destaque a execução de tarefas como jardinagem, aparar a grama ou lavar a piscina.

A execução de tarefas domésticas varia de intensidade de acordo com a idade das pessoas e com a sua condição de ter filhos ou não. Ela é mais intensa quando os filhos são pequenos. As mulheres de famílias biparentais gastam uma hora a mais com trabalho doméstico do que aquelas com dependentes crianças. Já para os homens, o tempo gasto muda somente 12 minutos, se têm filhos ou não (Ausstats, 2002b).

Informações provenientes de pesquisas sobre uso do tempo permitem incorporar a dimensão íntima do trabalho feito em casa ao âmbito das políticas econômicas e sociais. Desse modo, é possível atribuir valor às atividades executadas pelos membros da família que possa ser agregado às Contas Nacionais.

Considerações finais

A mulher incorporou-se maciçamente ao mercado de trabalho nos últimos 50 anos, no entanto, a sua carga de trabalho dentro do lar permanece mais ou menos estável. Mesmo com toda a parafernália de bens de consumo que auxiliam nas tarefas do lar, as atividades são basicamente desempenhadas por elas.

Se esse trabalho não é contabilizado, cria-se uma distorção, pois, pela sua condição de “invisível”, ele não tem como ser objeto de políticas macroeconômicas. Nesse sentido, o escasso reconhecimento dado ao trabalho não remunerado e a não inclusão do recorte de gênero na elaboração dos orçamentos públicos são as duas faces da mesma moeda.

Avanço significativo tem sido a elaboração de contas satélites para estimar a contribuição de setores específicos ao PIB. O trabalho não remunerado junta-se, dessa forma, ao meio ambiente, ao setor de transportes e ao turismo no novo leque de esforços metodológicos para imputar valor a esses segmentos.

No caso do trabalho não remunerado no âmbito doméstico, as metodologias de uso do tempo permitem outorgar valor às tarefas executadas no lar. Elas são fruto de trabalhos desenvolvidos desde os anos 60. No

⁸ Para uma análise das vantagens e desvantagens de cada método, ver Brown (1996).

Brasil, no final dos anos 80, passaram a ser incluídos o autoconsumo e a autoprodução nos levantamentos do IBGE. A partir de 2001, a PNAD incluiu questões relativas aos afazeres domésticos (Dedecca, 2004), embora ainda não se trate de uma pesquisa sobre o uso do tempo, no Brasil, nos moldes daquela efetuada no Canadá ou na Austrália. No entanto, já permite ter um quadro da execução das tarefas por gênero. A partir desses dados, Dedecca (2004) mostra que, em 2001, 42% dos homens declararam executar trabalhos domésticos, contra 90% das mulheres. Afirma também que

“(…) a maior recorrência de mulher no mercado de trabalho não lhe propicia uma jornada de trabalho menos intensa em afazeres domésticos. Cabe explicitar, portanto, que uma maior igualdade da jornada de caráter econômico entre sexos, que significaria uma elevação da mesma para as mulheres, reforçaria a lógica da dupla jornada de trabalho que elas cotidianamente realizam”.

Percebe-se que há todo um leque de questões suscitadas a partir dos estudos sobre o uso do tempo que passam pela determinação da produção das atividades domésticas, pela discussão do universo do trabalho feminino, pela discussão em torno da redução ou da flexibilização da jornada de trabalho para as mulheres e pela inclusão nas políticas macroeconômicas das questões relativas a gênero, questões estas que merecem estudos pormenorizados.

Referências

ASHFORD, Lori. Nuevas perspectivas sobre población: lecciones aprendidas en El Cairo. **Boletín de población**, Washington, DC, Population Reference Bureau, v. 5, n. 1, mar. 1995.

AUSSTATS. Unpaid work and the Australian Economy: national accounts. **Australian Economic Indicators 2002**, Canberra, Australian Bureau of Statistics, Jul 2002a. Disponível em: <http://www.abs.gov.au/Ausstats/abs@.nsf/0/6CD7146F4D3CAFC9CA256A790082D9FC?Open> Acesso em: 17 out. 2004.

AUSSTATS. Work — unpaid work: how couples share domestic work. **Australian Social Trends 1999**, Canberra, Australian Bureau of Statistics, 2002b. Disponível em: <http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/0/f137bcef980be2caca25699f0005d62d?OpenDocument> Acesso em: 17 out. 2004.

BENSTON, Margaret. **On the political economy of housework**. (S. l.; s. n.), 1969. (mimeo).

BROWN, Therese, The valuation of household services — conceptual issues. **The Expert Witness Newsletter**, Calgary, AB, Canadá, *Economica*, v. 1, n. 4, Winter 1996. Disponível em: <http://www.economica.ca/ew14p4.htm> Acesso em: 17 out. 2004.

CARNOY, Martin. La familia, el trabajo flexible y los riesgos que corre la cohesión social. **Revista Internacional del Trabajo**, Ginebra, OIT, v. 118, n. 4, p. 461-481, 1999.

CHANDLER, Bill. **The value of household work in Canada, 1992**. Canada, Minister of Industry/Statistics Canada, 2003.

ÇAGATAY, Nilüfer. Orçamentos de gênero e além: política fiscal feminista no contexto da globalização. **Gênero e Desenvolvimento**, v. 11, n. 1, p. 1-14, maio 2003.

COSTA, M. Dalla. **Women and the subversion of the community**: the power of women and the subversion of the community. Bristol: Falling Wall, 1972.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Tempo, trabalho e gênero. In: COSTA, Ana Alice et al. (Org.). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2004. p. 22-52.

ELSON, Diane. **Gender budget initiative**. Manchester: Commonwealth Secretariat, 1999.

FALL, Yassine. Género y pobreza. In: VILLOTA, Paloma de. **Economía y género**: macroeconomía, política fiscal y liberalización. Análisis de su impacto sobre las mujeres. Barcelona: Icaria, 2003.

FISHER, K.; LAYTE, R. **Measuring work-life balance and degree of sociability**. Essex: EPAG, 2002. (Working Paper, 12).

FOLBRE, Nancy; NELSON, Julie A. For love or money — or both? **Journal of Economic Perspectives**, Nashville, Tenn., U. S.: American Economic Association, v. 14, n. 4, p. 123-140, Fall 2000.

GARDNER, Jean. **El trabajo doméstico revisitado**: una crítica feminista de las economías neoclásica y marxista. Amsterdam: (s. n.), 1993. (mimeo).

GARDNER, J. Women's domestic labour. **New Left Review**, London, n. 89, p. 47-58, 1975.

GELINSKI, Carmen R. Ortiz G.; RAMOS, Ivoneti da Silva. Mulher e família em mutação: onde estão os mecanismos de apoio para o trabalho feminino. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, FEE, v. 4, p. 141-148, 2004.

GPI Atlantic. **Work and life**: balancing paid work, unpaid work, and free time. Glen Haven, Canadá: Genuine Progress Index for Atlantic, 2000. Disponível em: <http://www.gpiatlantic.org/ppt/timeuse/workandlife.pdf> Acesso em: 17 out. 2004.

HIMMELWEIT, S.; MOHUN, S. Domestic labour and capital. **Cambridge Journal of Economics**, London, New York, Cambridge Political Economy Society, v. 4, n. 1, 1977.

LUNA, Maria Eugenia Gomez. Macroeconomía y trabajo no remunerado. In: VILLOTA, Paloma de. **Economía y género**: macroeconomía, política fiscal y liberalización — análisis de su impacto sobre las mujeres. Barcelona: Icaria, 2003.

MEAD, Charles Ian; McCULLY, Clinton; REINSDORF, Marshall. **Income and outlays of household and of nonprofit institutions serving households**. Washington, D. C.: U. S. Department of Commerce, 2003. Disponível em: <http://www.bea.doc.gov/bea/ARTICLES/2003/04April/0403household.pdf> Acesso em: 20 out. 2004.

MELO, H. P. de. **Trabalhadoras domésticas**: o eterno lugar feminino — uma análise dos grupos ocupacionais. Rio de Janeiro: OIT/IPEA, 2000. (Relatório de Pesquisa OIT/IPEA). (mimeo).

MOULTON, Brent. Getting the 21st-Century GDP right: what's underpay? **American Economic Review**, Nashville, Tenn. American Economic Association, v. 90, n. 2, p. 253-258, May 2000.

NORDHAUS, William. New directions in national economic accounting. **American Economic Review**, Nashville, Tenn. American Economic Association, v. 90, n. 2, p. 259-263, May 2000.

OIT. **La hora de la igualdad en el trabajo**: informe global com arreglo de la Declaración de la OIT relativa a los principios y derechos fundamentales en el trabajo. Ginebra: OIT, 2003. (Conferencia Internacional del Trabajo, 91).

PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bobik. **A nova contabilidade social**. São Paulo: Saraiva, 2000.

POPKIN, Joel. The U.S. national income and product accounts. **Journal of Economic Perspectives**, Nashville, Tenn. American Economic Association, v. 14, n. 2, p. 215-224, Spring, 2000.

SECCOMBE, W. Doméstic labour — reply to critics. **New Left Review**. London, New Left Review, n. 94, 1975.

SIKOSKA, Tatiana. Measurement and valuation of unpaid household production: a methodological contribution. In: GUTIERREZ, Martha (Ed.). **Macroeconomics**: making gender matter. (S. l.: s. n.), 2003. p. 122-146.

UNITED NATIONS. **Women go global**: The United Nations and the International Women's Movement 1945-2000. Washington: United Nations Division for the Advancement of Women, 2000. (CD-Rom)

VILLOTA, Paloma de (Ed.). **Economía y género**: macroeconomía, política fiscal y liberalización. Análisis de su impacto sobre las mujeres. Barcelona: Icaria, 2003.

WARING, Marilyn. Two unpaid working women. In: UNPAC. **Women & the Economy**.

Manitoba, UN Platform for Action Committee, 2004. Disponível em: <http://unpac.ca/economy/unpaidwork.html>
Acesso em: 21 out. 2004.

